

Exmo. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros

Prof. Dr. Augusto Santos Silva,

Largo do Rilvas,

1399-030 Lisboa

gabinete.ministro@mne.gov.pt

C/c : Exmo. Sr. Secretário-Geral da OCDE, Dr. Angel Gurría

C/c: Exmo. Sr. Diretor de Estudos de Países do Departamento de Economia da OCDE, Dr. Álvaro Santos Pereira

| | |
|-------------------------|---|
| DATA: 08/01/2019 | ASSUNTO: Elaboração do relatório “Economic Survey” da OCDE |
|-------------------------|---|

Exmo. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros,

A Transparência e Integridade (TI-PT), representante portuguesa da rede global de ONG anti-corrupção Transparency International, leu com preocupação as declarações atribuídas a V. Exa. na edição de 5 de Janeiro do jornal Expresso¹, referentes à possibilidade de o relatório periódico em preparação pela OCDE sobre a economia portuguesa focar o combate à corrupção, no quadro da relação entre o sistema de justiça e a atividade económica.

Como estou certo que concordará, a percepção de que o Governo português estará a tentar condicionar o conteúdo de um relatório da OCDE, ou sequer a tentar evitar uma discussão sobre as políticas públicas de combate à corrupção, é ela própria negativa para o ambiente de negócios e a confiança dos investidores e dos cidadãos. A integridade pública e o combate à corrupção, que têm sido vincadas como preocupações do Governo e do Exmo. Sr. Presidente da República, são cruciais para criar um ambiente económico atrativo ao investimento e criador de riqueza e emprego – o que aliás fica explícito quando observamos a correlação entre o Índice de Perceções de Corrupção da Transparency International² e o Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial³.

A Transparência e Integridade acompanha em permanência as políticas públicas de combate à corrupção em Portugal, fornecendo aos decisores públicos no país e a avaliadores internacionais de instituições como a Comissão Europeia ou o Conselho da Europa pareceres fundamentados, conhecimento empírico e recomendações de reforma legislativa, regulamentar ou institucional. Juntamente com os nossos parceiros da Transparency International trabalhamos especificamente a implementação em Portugal da Convenção Anti-Suborno da OCDE que criminaliza a corrupção de agentes estrangeiros em transações internacionais. Na última dessas avaliações, aliás, Portugal progrediu de uma avaliação de implementação “limitada” para “moderada”, graças aos esforços em curso para investigar transações suspeitas por parte do Ministério Público português.

De resto, as avaliações periódicas realizadas por organizações internacionais de que Portugal faz parte têm constituído uma fonte preciosa de informação e recomendações para as políticas de combate à corrupção em Portugal, pelo que o contributo desses *fora* deve ser não só reconhecido e aceite com naturalidade, mas valorizado e encorajado pelas autoridades políticas e diplomáticas do Estado português, ao mais alto nível.

1 «Governo e OCDE às turras por causa da corrupção»: <https://expresso.sapo.pt/economia/2019-01-05-Governo-e-OCDE-as-turras-por-causa-da-corrupcao>

2 <https://www.transparency.org/research/cpi/overview>

3 <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2017-2018>

Pelo exposto, e com vista a afastar quaisquer perceções de que o Governo português estará a querer evitar uma discussão franca e aberta sobre as políticas de combate à corrupção e a sua relação com a eficácia do sistema de justiça e a capacidade de atrair investimento, venho em nome da Transparência e Integridade exortar V. Exa a:

- 1- Declarar expressamente o compromisso do Governo português em não interferir por qualquer forma com o trabalho em curso por parte dos avaliadores da OCDE e em incentivar aquele organismo a publicar as suas conclusões e recomendações sem qualquer constrangimento;
- 2- Exercer, após a publicação do relatório, o direito do Estado português ao contraditório, não através de qualquer reclamação ou protesto diplomático junto da OCDE, mas publicando as reflexões e considerações que o Governo entenda à avaliação publicada pela OCDE;
- 3- Promover ampla divulgação e discussão pública dos resultados dessa e de outras avaliações que regularmente são feitas por organismos internacionais sobre questões de eficácia e independência do poder judicial, transparência da Administração Pública, integridade das instituições democráticas e capacitação para a prevenção e repressão efetiva da corrupção e crimes conexos em Portugal.

Exmo. Sr. Ministro,

Em várias ocasiões, o Exmo. Sr. Presidente da República, o Exmo. Sr. Primeiro-ministro e V. Exa têm alertado para o risco de movimentos políticos oportunistas parasitarem a desconfiança dos cidadãos para promoverem projetos políticos populistas que visam degradar ou mesmo destruir os alicerces do regime democrático. O combate a esses extremismos deve ser feito com frontalidade, assumindo os desafios que se colocam à democracia e discutindo de forma aberta e participada as políticas públicas necessárias e urgentes para reafirmar a integridade das instituições e a confiança dos cidadãos no seu sistema de governo.

A Transparência e Integridade coloca-se à disposição de V. Exa. para essa discussão, acolhendo e agradecendo todos os contributos de cidadãos e organizações – incluindo as organizações internacionais de que Portugal faz parte – para o debate. Só assim o Governo demonstrará a liderança indispensável para o desafio que temos pela frente.

Com os melhores cumprimentos,

